

Editorial

O impasse atual do processo de votação da regulamentação da Emenda Constitucional (EC) 29 pelo Congresso Nacional mais uma vez exhibe as fragilidades e riscos na sobrevivência do projeto político da Reforma Sanitária e do Sistema Único de Saúde (SUS). A defesa de uma fonte estável de financiamento para a saúde sempre constituiu uma bandeira de luta para o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) e demais entidades que lutam pelo direito à saúde. O significado dessa conquista é a possibilidade de transformar o direito universal à saúde e o SUS em real política de estado, não vulnerável às mudanças das políticas econômicas dos governos nacionais.

Entretanto, desde o seu surgimento, o financiamento do SUS tem sido mantido graças à força política de arranjos provisórios, fruto da organização da sociedade, das entidades do movimento sanitário e de dirigentes comprometidos com a saúde. Foi assim que a nossa luta no início dos anos 1990 resultou na aprovação da CPMF e da própria EC29, em 2000. Desde então, ao lado de outros atores, nosso alvo é a regulamentação da EC29. O que aconteceu, ao longo dos sucessivos governos, foram várias tentativas de impedir o avanço de nossas propostas, além de um esvaziamento do orçamento da saúde com a fragilização do financiamento do SUS, o desvio dos gastos da arrecadação que seria destinada à saúde e ainda, posteriormente, a extinção da CPMF. Paralelamente, desde o surgimento do SUS, as políticas governamentais atuaram com franco favorecimento do setor privado fortalecendo o crescimento do mercado da saúde.

A Política Econômica, praticada ao longo dos últimos governos, vem privilegiando o pagamento de juros de dívidas e o superávit primário em detrimento de políticas sociais para a garantia dos direitos sociais. As políticas de redistribuição de renda adotadas nos últimos anos ocasionaram um grande impacto no país; porém, toda a movimentação do governo foi direcionada ao consumo a partir do aumento do poder aquisitivo de uma determinada classe social.

O SUS que nasceu para ser único, operar e regular todas as relações entre o público e o privado, mediado pelo interesse público, foi gradualmente submetido a uma convivência com o emergente setor privado dos planos de saúde que recebe benefícios generosos para o seu fortalecimento como a renúncia fiscal ou a regulamentação permissiva. A cada dia esse mercado faminto dos planos privados oferece maior diversidade no seu cardápio de produtos e, atualmente, cerca de 30% da população nacional compõe a sua clientela.

Apesar de todos esses golpes no seu financiamento, o SUS sobrevive e se consolida como um sistema público universal, que se aperfeiçoa continuamente para além de seus núcleos de excelência. O fôlego demonstrado pelo SUS surpreende o mundo como o sistema universal com menor gasto per capita em saúde, inferior mesmo àqueles países que não oferecem atenção universal, como é o caso da vizinha Argentina. Desde o ano 2000, a regulamentação da EC29 peregrina

no Congresso, mostrando o pouco caso dos políticos com a saúde e o SUS. Depois de votado na Câmara Federal não há outro caminho senão a aprovação do financiamento do projeto pelo Senado. A não aprovação dos 10% da Receita Corrente Bruta da União (RBU) atestará um retrocesso e uma derrota alarmantes para o povo brasileiro. O esperado é um investimento adequado em saúde, contemplando pelo menos 10% da RBU, cuja origem não penalize a população mais carente, reajustável às necessidades concretas, gerido com transparência e controle interno da sociedade.

É sempre importante lembrar que a luta pela saúde envolve a luta pelo SUS, mas é necessário e imperativo que se estenda à garantia de acesso ao conjunto das políticas sociais para a qualidade de vida e, conseqüentemente, à saúde. A democracia será consolidada em nosso país apenas quando os direitos sociais forem garantidos.

A consciência popular sobre os direitos sociais e, particularmente, sobre o direito à saúde, tem motivado cada vez mais a adesão de movimentos sociais. Na convergência dos interesses políticos destes movimentos, a defesa do SUS ganha importância e a luta pelo financiamento da saúde faz crescer o poder de contraposição à tendência hegemônica atual. Nessa atual conjuntura de consenso sobre a falta de recursos para a saúde existe uma pressão política sem precedentes pela regulamentação da EC29. Diante desta iminência, o próprio governo assume que faltam recursos para a saúde. Se hoje é ponto pacífico que a saúde precisa de mais recursos, é inaceitável o argumento de que eles não existem. Para nós da sociedade civil, que defendemos o direito universal à saúde, é urgente a discussão sobre as alternativas. A Saúde não pode esperar mais.

Desta forma, o CEBES defende os princípios imprescindíveis deste debate:

1. Que haja urgente solução do financiamento, e seja retomado o debate do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 121/2007, do Senador Tião Viana;
2. Que o financiamento tenha progressividade baseada na elevação dos custos e crescimento populacional;
3. Que a população carente, hoje os maiores usuários do SUS, não seja penalizada com qualquer contribuição;
4. Que haja uma fonte de financiamento que seja exclusiva para a saúde que deve ser destinada diretamente aos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais de Saúde;
5. Que o financiamento seja sustentável e suficiente;
6. Que seu uso seja transparente e controlado pelos mecanismos de controles internos e externos.

É urgente um novo pacto da sociedade brasileira com os direitos sociais e com o SUS. Resgatar o seu caráter de política integrada à seguridade social tendo como princípio e base a solidariedade e promover a emancipação e cidadania é fundamental nesse momento histórico. O povo brasileiro não pode ter seu direito à saúde reduzido a um mero direito de consumidor de ações e serviços de saúde

conforme a sua capacidade de compra. Para fazer valer a Constituição de 1988, que garantiu a saúde como direito universal, é preciso fortalecer e consolidar o SUS, comprometido com o interesse público. É preciso que a população se identifique com o SUS como recurso público para a garantia de seu direito à saúde e construir alternativas de atenção à saúde para a população e não aprofundar a sua dependência da assistência aos planos privados.

A 14ª Conferência Nacional de Saúde se apresenta como uma grande oportunidade de fortalecimento da mobilização social em defesa da saúde. É importante destacar algumas iniciativas de movimentos na sociedade civil que vêm demonstrando sinais de novos tempos em prol da luta pelo direito à saúde: o processo de construção e disseminação da Agenda Estratégica para a Saúde e a Primavera da Saúde. Além desses, também se destaca o projeto de formação política do CEBES, voltado para a retomada do debate sobre temas importantes e estratégicos para a reforma sanitária sob a forma de cursos presenciais realizados pelos núcleos da entidade nos Estados e de fóruns de debates com especialistas. Nos dois casos, estão sendo produzidos vídeos que serão disseminados pela Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNASUS) e outras entidades. Nesse processo participam lideranças de movimentos sociais, estudantes e demais interessados e a expectativa é que o debate possa se qualificar e que a saúde possa compor a pauta dos movimentos sociais.

A Agenda Estratégica vem nesse contexto consolidar o resultado de diversas reuniões de um conjunto de entidades do movimento da reforma sanitária, que entenderam a necessidade de se reagrupar e se fortalecer politicamente para retomar o debate da saúde e produzir avanços e melhorias no SUS. Neste processo, o CEBES articulado à Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO), Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME), Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABRES), Rede Unida, Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS) e outras entidades produziram um documento que vem sendo amplamente discutido em diversos cenários, na expectativa de ampliar a agenda para o setor.

Motivada pelo processo de votação da regulamentação da EC29, a Primavera da Saúde vem promovendo articulações e eventos com grande participação popular. Sua importância presente é a retomada das mobilizações sociais históricas no processo pela conquista do direito à saúde. Ela tem levado às ruas as entidades que atuam no campo da saúde e os movimentos sociais, expressando a indignação com a precariedade médico sanitária e a ausência de soluções definitivas para os problemas atuais. Aliado às entidades que fazem essa Primavera, o CEBES espera que ela tome não só as ruas, mas as escolas, as igrejas, as artes e que ela avance por tantas primaveras, como verões, outonos e invernos na tomada de consciência sanitária e na luta por seus direitos.

A Diretoria Nacional